



JOHN CUNHA COMERFORD

MARCOS OTAVIO BEZERRA

Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política

Análise Social, 207, XLVIII (2.º), 2013

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

JOHN CUNHA COMERFORD

MARCOS OTAVIO BEZERRA

Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política

O presente artigo é um ensaio bibliográfico que tem por objetivo apresentar a *Coleção Antropologia da Política*, composta por trinta e dois livros publicados no Brasil entre 1998 e 2010. Esta coleção traz resultados de pesquisas do NUAP (Núcleo de Antropologia da Política), cuja conformação será tratada a seguir. O Núcleo tem como uma das suas principais preocupações a reflexão sobre a política em termos das distintas articulações de atividades sociais que propicia, suas formas de manifestação e agentes que mobiliza. Acompanhar as pessoas em atividades nas quais se envolvem, ou delas se afastam, quando dizem estar a fazer política não deixa de ter consequências para a própria concepção e recorte da política. Quando consideradas a partir do ponto de vista dos agentes sociais, observa-se que as concepções de política em jogo nos seus julgamentos e ações não se assemelham necessariamente, no contexto dos Estados nacionais, à sua formulação estatal. Daí a importância atribuída nos trabalhos referidos a seguir à análise de eventos, práticas, agentes e avaliações percebidas e classificadas como políticas. Trata-se de um esforço coletivo que se afasta de abordagens quantitativas da política, perspectiva privilegiada por certas análises no âmbito da

ciência política e da sociologia. Esta orientação conflui com as preocupações e interesses apontados por David Goldey (Pinto, 2011) num valioso depoimento sobre a formação da ciência política portuguesa publicado no número 200 da revista *Análise Social*.

Se a antropologia política se desenvolve nos seus primórdios fora dos marcos do Estado, o NUAP propõe mobilizar o conhecimento acumulado pela disciplina para pensar a política num contexto, o brasileiro, no qual o Estado tem a pretensão de impor a representação dominante da política. A proposta está associada, de um modo geral, a dois fenómenos. O primeiro diz respeito à redemocratização da sociedade brasileira nos anos 80. Com ela, multiplicam-se os partidos políticos, organizam-se movimentos sociais e as intervenções em discussões públicas, as eleições ocorrem regularmente e a imprensa trabalha com liberdade. Esta nova institucionalidade política inscreve-se no quotidiano da população e renova o interesse dos cientistas sociais, entre os quais dos antropólogos, pela política. O segundo refere-se à incorporação de análises sobre o Estado, a administração pública e a política no Brasil no campo das investigações antropológicas. É correto afirmar que questões relativas a estes fenómenos não são exatamente uma novidade na antropologia feita no Brasil: as reflexões sobre as políticas migratórias, a atuação do Estado em relação às populações indígenas e os movimentos sociais, dentre outras, podem ser identificadas em inúmeros estudos elaborados nos anos 60-80.¹ Isto explica-se, em parte, pela história da formação da disciplina no país. De modo distinto do que ocorreu em centros hegemónicos como os Estados Unidos e a Europa, onde a antropologia é constituída historicamente como disciplina voltada para o estudo do “outro”, isto é, de sociedades geográfica e culturalmente distantes daquela do investigador, no Brasil a alteridade localiza-se nos marcos da própria fronteira nacional.² O que se pode, de modo amplo, apontar como novo nos estudos efetuados sobre o Estado e a política a partir dos anos 90 é o facto de estes fenómenos ganharem o estatuto de objetos de investigação. A perspetiva antropológica estende-se, portanto, para áreas tradicionalmente associadas à ciência política e à sociologia. No caso das investigações efetuadas no âmbito do NUAP isto ocorre através,

1 Para um balanço de trabalhos e grupos de pesquisa dedicados nas últimas décadas a análises antropológicas sobre o Estado, administração pública e governança no Brasil ver Teixeira e Souza Lima (2010).

2 Importantes reflexões a respeito deste processo podem ser encontradas em Peirano (2006). Para um olhar externo sobre a divisão entre “etnologia” e “antropologia da sociedade nacional”, ver Pina-Cabral (2004). O caso brasileiro não é excepcional, como se pode ver através do processo de formação de disciplinas como a sociologia e a antropologia na Índia (ver Peirano, 1991 e Béteille, 2007).

sobretudo, de um questionamento da concepção e delimitação das fronteiras das atividades políticas presentes tanto nestas disciplinas, quanto na própria antropologia política clássica.

O NUAP consolidou-se a partir de uma ampla articulação de pesquisadores de diferentes universidades brasileiras em torno de um projeto intitulado “Uma antropologia da política: rituais, representações e violência”, financiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), do Ministério da Ciência e Tecnologia. Fundamentalmente, no momento de constituição do Núcleo, reuniram-se professores, mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em antropologia social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Programa de Pós-Graduação em antropologia da Universidade de Brasília (UNB) e do Programa de Pós-Graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), ao qual se incorporaram professores de outros centros.³ O projeto oficialmente teve início em dezembro de 1997 e durou até 2005. Mas a produção de livros e artigos, os grupos de trabalhos em reuniões científicas, e novos projetos de pesquisa perduram para além desse período. Finalizado o projeto original, o Núcleo mantém atualmente as suas atividades através de novos programas de investigação, porém com uma configuração de pesquisadores distinta e mais reduzida.

A questão que inicialmente articula as pesquisas⁴ é a intenção de “lançar um olhar antropológico (que não é privilégio de antropólogos) sobre instituições, relações e atividades pensadas socialmente como políticas”. Nessa perspectiva, trata-se de realizar um descentramento em relação à ideia de uma “antropologia política”, tal como formulada em meados do século xx, como uma subespecialidade dentro da antropologia definida por um domínio previamente recortado pelo analista, analogamente a outras subespecialidades como a “antropologia económica”, “do parentesco”, etc. Desenvolver uma antropologia *da* política deveria permitir refinar, acionando a etnografia e a comparação que estão no cerne da tradição antropológica, a percepção das complexas maneiras pela quais uma determinada sociedade estabelece recortes de domínios, classificações e descontinuidades significativas; bem como descrever e analisar o que, em cada contexto, é delimitado como pertinente

3 Tais como o Programa de Pós-Graduação em sociologia e antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, o departamento de ciência política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o departamento de sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). É importante mencionar ainda que pesquisadores argentinos da Universidad de Buenos Aires também participaram nas atividades do NUAP.

4 Ver o projeto publicado em Cadernos do NUAP 1 (1998) e a introdução à coletânea organizada por Palmeira e Barreira (2006), bem como, para uma formulação anterior à vigência do projeto, a introdução de Palmeira e Goldman (1996).

à política. O projeto redigido em 1997 elege “três dimensões-chave de uma antropologia da política: o estudo dos rituais da política, de representações da política e da violência na política”. Enfocar essas dimensões, por via das etnografias, é o modo como se articula, no projeto, o diálogo com trabalhos clássicos e formadores das ciências sociais. Essa maneira de formular a direção geral do que se pretendia com o projeto mostra também que, em torno do interesse comum pelo estudo etnográfico da política e de um certo acréscimo de pesquisas em torno de processos eleitorais, se configurava a intenção de aprofundar diálogos com diferentes tradições da etnografia e da teoria antropológica.⁵

O principal meio de publicitação dos resultados do projeto que deu origem ao Núcleo é a coleção *Antropologia da Política*, sob responsabilidade dos coordenadores do NUAP. Além dos livros da coleção, foram publicados ainda quatro “Cadernos do NUAP” e outros livros que, mesmo sem fazerem parte da coleção, estão diretamente relacionados com as pesquisas deste núcleo⁶. Além, é claro, de uma grande quantidade de artigos, livros e capítulos de coletâneas publicados pelos pesquisadores direta ou indiretamente ligados ao projeto, bem como teses e dissertações não publicadas, defendidas nos programas de pós-graduação em diálogo com o NUAP, durante e após a vigência do projeto inicial.⁷

Passados quinze anos desde o início oficial do projeto, tentaremos apresentar e comentar brevemente, de maneira certamente parcial, com ênfases específicas e sem pretensão totalizante, alguns dos resultados desse esforço coletivo de ir além das definições modelares e de “interrogar a política que é feita, que as pessoas dizem fazer, ou identificam como sendo feita por outros” (Palmeira e Barreira, 2006, p. 9), organizando-os para fins de apresentação em alguns dos possíveis eixos ou focos de estudos e reflexão.

ELEIÇÕES

Quando se considera o universo dos trabalhos publicados na coleção, observa-se que um dos temas predominantes é o das eleições. O interesse analítico em torno das eleições deve-se particularmente às evidências reunidas a respeito

5 Nesse sentido, há especialmente dois livros publicados na Coleção *Antropologia da Política* que, cada qual a seu modo, buscam explicitar esses diálogos (Goldman, 1999, Peirano, 2001). O livro organizado por Peirano aborda e desenvolve especificamente a discussão em torno de um dos eixos organizadores do projeto inicial do NUAP, a antropologia dos rituais.

6 Palmeira e Goldman (1996); Barreira e Palmeira (1998); Heredia, Teixeira e Barreira (2002); Goldman (2006); e na Argentina, Rosato e Balbi (2003) e Balbi (2007).

7 Os livros da Coleção *Antropologia da Política* e outros trabalhos produzidos no âmbito das pesquisas do Núcleo estarão disponíveis em versão eletrônica, na página do NUAP.

da associação efetuada por diferentes grupos sociais entre política e eleições. Tendo adquirido o estatuto de algo natural no contexto das democracias modernas, os trabalhos mostram como essa associação é socialmente construída e adquire significados variados para os grupos sociais.

Formulações importantes nesta direção são efetuadas por Palmeira e Heredia a partir de investigações iniciadas em meados dos anos 80 junto de grupos camponeses do sul e nordeste do Brasil sobre a relação entre política e eleições (cujos resultados foram reunidos em Palmeira e Heredia, 2010). Ao acompanharem os processos eleitorais, os autores observam que estes partilham uma conceção específica acerca da política. A expressão “tempo da política”, utilizada em termos amplos para designar o período eleitoral, remete, segundo os mesmos, para uma perceção e recorte particulares da política. Esta é pensada não como uma atividade ou esfera da vida social, mas como um recorte no tempo. Um tempo em que prevalece um reordenamento da vida social, em que as divisões sociais – como aquelas manifestadas nas fações políticas – se tornam explícitas, em que os conflitos se desenrolam de modo autorizado, e em que os indivíduos, as famílias e outras unidades sociais reafirmam ou redefinem o seu posicionamento no interior das suas coletividades. Os conflitos ganham várias formas – evitamento de contactos, demarcação de espaços de circulação, atos de agressão física – e não se restringem aos limites das fações rivais podendo introduzir-se nas famílias e envolver os candidatos da mesma fação. Este último aspeto é examinado por Heredia (Palmeira e Heredia, 2010) ao demonstrar que as disputas mais acirradas ocorrem entre os “iguais”: candidatos do mesmo partido, que concorrem aos mesmos cargos, possuem bases sociais semelhantes e trabalham em territórios próximos.

Neste contexto de disputas marcadas por divisões faccionais, constata-se que o voto adquire um significado particular (Palmeira e Heredia, 2010). Ele não expressa uma escolha individual, mas a adesão de um indivíduo, família ou outra unidade social a uma fação ou a um dos lados em que a sociedade se divide. A adesão sustenta-se, por sua vez, em lealdades (familiares, de voto, etc.) estabelecidas através de compromissos pessoais que podem anteceder e perdurar para além do período eleitoral. A disputa eleitoral transforma-se, portanto, numa luta por adesões, ou seja, por votos. A dimensão coletiva dos votos é também examinada por Goldman e Sant’Anna (Goldman, 1999) que se interrogam sobre os processos amplos que intervêm nas escolhas políticas. Ao confrontarem o material empírico reunido com uma literatura clássica da ciência política e da sociologia sobre eleições e voto, os autores chamam a atenção para a inadequação de argumentos como o da irracionalidade do eleitor, da manipulação de informações pelas elites, ou da desinformação

do eleitorado como fatores de explicação do voto. Como alternativa defendem a necessidade de maior atenção à pluralidade de motivações que definem o voto, o modo como os atributos dos candidatos são hierarquizados, os processos de subjetivação e a desnaturalização do processo eleitoral.

Durante o “tempo da política” um conjunto de novas atividades percebidas como propriamente políticas – instalação de comitês, distribuição de panfletos, fixação de cartazes, visitas de políticos aos bairros, reuniões, passeatas, etc. – passam a fazer parte do novo, mas temporalmente circunscrito, cotidiano das populações. A análise dessas atividades a partir do diálogo com as teorias sobre rituais é uma das possibilidades exploradas em vários trabalhos. Os comícios têm aí um lugar central. A análise realizada por Palmeira e Heredia (2010) sugere que são eles, inclusive, que marcam o início do “tempo da política”. Os comícios são pensados a partir das várias dimensões que lhe dão sentido: a sequência de comícios da própria facção e de facções adversárias, as relações entre as pessoas que se encontram no palanque, entre estas últimas e o público e entre as pessoas que se encontram no público. São entendidos como uma forma de objetivação das lutas faccionais. Através deles, as facções mostram-se publicamente e demonstram também a sua força em relação às facções rivais, o que explica em grande medida o investimento social na sua realização. A importância dos comícios neste contexto contrasta com a centralidade das “festas políticas” num município mineiro analisado por Chaves (2003). Ao acompanhar uma eleição presidencial, a autora depara-se com o facto de que ali a política se faz com festa. A análise destas festas permite chamar a atenção para a continuidade existente entre valores presentes na política e as práticas e valores que pautam a sociabilidade no Brasil. Tendo em mente a questão da relação entre eleitor e políticos, a autora identifica nas festas a dramatização da “pessoa política”, categoria que, ao remeter para a relação personalista entre eleitor e político, ao mesmo tempo que enfatiza a igualdade engendra estatutos diferenciados de cidadania. As caminhadas como prática política de recrutamento de votos são abordadas por Rosato e Quirós (*in* Teixeira e Chaves, 2004). Referindo-se à sociedade Argentina, as autoras comparam o sentido que adquirem as caminhadas para militantes dos partidos Justicialista e Obrero. A comparação aponta para duas concepções sobre o trabalho e as práticas militantes. De modo típico-ideal, no primeiro caso, a campanha eleitoral é feita através de visitas a casas e tem como propósito mobilizar eleitores. Nesse caso, a caminhada é uma forma de atualizar compromissos preexistentes e de converter relações interpessoais em voto. No segundo caso, a campanha visa persuadir o eleitor desconhecido com o propósito de incluí-lo na vida partidária. A caminhada coletiva pelas ruas é uma forma de interpelação anónima de possíveis eleitores. Os ritos e símbolos

de campanha são também objeto de I. Barreira (1998). A autora acompanha diferentes campanhas eleitorais (municipais e nacionais), especialmente em grandes cidades. Como em trabalhos já mencionados, a política, aqui concebida como ação simbólica, não é analisada como um campo autônomo, mas nas suas articulações com as práticas e crenças mais amplas. As campanhas são tratadas como ritos de representação política nas quais se pode observar o modo como são construídas as candidaturas, os símbolos e valores relativos à representação política. Elas revelam os atributos tidos como positivos de um candidato, ou o modo como uma sociedade concebe as hierarquias sociais e transferências de responsabilidades. A dimensão espacial das campanhas é também objeto de atenção particular. Caminhadas, comícios e festas são eventos através dos quais se observa como a política constrói a sua legitimidade na esfera pública. A dramatização de emoções e sentimentos (choro, medo, sensibilidade, agressividade, descontrolo, etc.) durante as campanhas é também examinada por I. Barreira (*in* Teixeira e Chaves, 2004) a partir da constatação de que os sentimentos participam da construção do clima de campanha e do espaço de competição entre os candidatos. A mobilização dos sentimentos é associada às estratégias dos candidatos de apropriação e difusão de valores e à construção de seus perfis.

Os recursos sociais mobilizados por candidatos na construção, legitimação e apresentação de suas candidaturas é a questão central examinada por Coradini (2001 e *in* Palmeira e Barreira, 2006). Interessado em compreender como diferentes inserções sociais são convertidas em trunfos eleitorais, o autor analisa os princípios de legitimação da pretensão ou ocupação de cargos políticos. Empiricamente aborda o Estado do Rio Grande do Sul, e são focalizadas as seguintes “bases de recursos eleitorais”: atuação sindical, igrejas, organizações filantrópicas, organizações empresariais e ocupação prévia de cargos públicos. A discussão sobre os meios de legitimação de candidaturas permite, segundo o autor, dizer algo sobre as concepções da sociedade e da política. Estas são questões exploradas também por outros autores. A construção de candidaturas femininas e sua simbologia, e a de candidatos com origem no ativismo político em associações de bairro são foco de atenção de I. Barreira (1998). A relação entre religiosidade e política é examinada por Miranda a partir do estudo de caso de uma campanha para governador num Estado nordestino (*in* Palmeira e Barreira, 2006) e de um candidato carismático ao cargo de vereador (1999). Neste último caso, para entender as concepções de política e religião em jogo na campanha, a autora examina como a primeira se articulada com a doutrina carismática e com as formas de sociabilidade do grupo. O seu argumento é de que a ideia de uma “política carismática” é elaborada ao longo da própria campanha eleitoral. A relação entre o

modo como os candidatos justificam as suas candidaturas e a forma como isto se expressa no tipo de votação obtida por eles é analisada por Kuschnir (2000) a partir de material sobre a campanha eleitoral de vereadores na cidade do Rio de Janeiro. Definido em termos culturais, o voto é tido como uma rede de significados que dá sentido à existência de grupos sociais. A autora identifica três tipos de votação: votos concentrados num bairro ou região (candidatos como representantes de uma localidade), votos espalhados (candidatos como representantes de uma categoria profissional, étnica ou religiosa) e o voto ideológico (candidato como representante de certos valores morais). Segundo a autora, o voto inscreve-se num circuito de trocas entre candidatos e eleitores, desse modo as “estratégias comunitárias/assistencialistas e ideológica/política”, expressas nos tipos de votação, “refletem tipos de trocas distintas”. Um elemento importante quando se considera o modo como os candidatos constroem as suas candidaturas é o aparecimento e o reconhecimento pelos agentes políticos da importância do *marketing* político. Os “marketeiros” apresentam-se como especialistas e detentores de novos saberes sobre a política. Referindo-se ao caso brasileiro, Scotto (2004 e *in* Palmeira e Barreira, 2006) interroga-se sobre os agentes, práticas e concepções que definem este campo de atividade. Constata a autora, no entanto, que este é um espaço social com definições pouco precisas e contornos incertos. Do ponto de vista dos profissionais que atuam na área, as eleições são concebidas como relações de mercado, e parte do seu poder social reside na crença de que através de pesquisas de opinião é possível conhecer “os anseios do cidadão – eleitor – consumidor”. Desse modo, os “marketeiros” vendem a crença de que eles próprios são agentes imprescindíveis para o sucesso político.

Uma dimensão constitutiva das disputas eleitorais é a denúncia de irregularidade na obtenção de votos. Acusações de “compra de votos”, distribuição de serviços e favores e outras práticas passíveis de serem enquadradas legalmente na definição de corrupção eleitoral são frequentes. As denúncias de corrupção eleitoral evidenciam em certas situações o confronto entre concepções conflitantes do Estado e de segmentos da população a respeito das boas relações e práticas políticas. O tema é abordado por C. Barreira (*in* Palmeira e Barreira, 2006) ao examinar casos de fraude e corrupção eleitoral. Segundo o autor, nas denúncias está em jogo a imposição de uma noção específica da boa política. Assim, se do ponto de vista oficial, as práticas passíveis de denúncia legal contaminam a boa política, do ponto de vista das populações, elas podem constituir uma dimensão legítima da relação entre políticos e eleitores, ou seja, um aspeto central do trabalho de representação política.

As disputas eleitorais envolvem ganhadores e perdedores e as explicações apresentadas para as derrotas são um elemento da atividade política. Estas

explicações são objeto de análise de Goldman e Silva (*in* Goldman, 1999) que se concentram no caso da candidatura de um vereador de um município do Estado do Rio de Janeiro. Os autores analisam as retóricas que, antes das eleições, dão a vitória como certa e, após, explicam a derrota. A atenção a este aspeto do processo eleitoral conduz os autores a defenderem uma perspectiva atenta aos cálculos e estratégias mobilizadas pelos agentes sociais, uma vez que as escolhas se defrontam sempre com uma multiplicidade de interesses e valores.

Esse conjunto de análises permite perceber que no processo eleitoral está em jogo um conjunto de concepções, relações e recortes que não podem ser devidamente compreendidos se remetidos simplesmente à questão da escolha de representantes para os postos do legislativo e do executivo, ou aos debates em torno das ideologias políticas.

AGENTES E INSTITUIÇÕES CONCEBIDAS COMO POLÍTICAS

Fora do “tempo da política”, a política é associada mais diretamente à atuação de especialistas, sobretudo os políticos, e instituições percebidas como políticas: partidos, parlamentos e órgãos governamentais, entre outras. A análise das práticas e representações sociais que dão sentido à atuação destes especialistas e instituições constitui outro eixo de investigação explorado na coleção.

A relação político-eleitor, apesar de menos visível, ganha novos contornos com o fim do período eleitoral. Os modos como se estabelecem a continuidade desses laços podem ser especialmente observados a partir dos gabinetes de trabalho dos eleitos. As correspondências trocadas constituem um dos meios de manutenção dessa relação, e o reconhecimento da sua importância pelos políticos é evidenciado pela análise de Heredia (*in* Teixeira e Heredia, 2010) sobre o cuidado dispensado pelo gabinete de um deputado estadual à correspondência trocada. O gabinete de vereadores do Rio de Janeiro é também o ponto de observação de Kuschnir (2000), que acompanha o trabalho realizado por eles segundo as tendências “assistencialista” e “ideológica”. Mas a autora estende a sua reflexão à relação entre os próprios vereadores, suas relações com o Executivo municipal e a imprensa. A partir destes diferentes feixes de relações sugere que os vereadores atuam como mediadores políticos e culturais. O argumento é desenvolvido num artigo escrito com G. Velho, no qual os autores observam, a propósito de contextos urbanos, que “o político bem-sucedido, portanto, é um negociador da realidade, interpretando-a, remontando-a, funcionando como tradutor-intérprete de códigos diferentes” (Kuschnir e Velho, 2003, p. 88).

O trabalho de “políticos nacionais” no Congresso Nacional e a importância que nele ocupam as relações com “políticos locais” são aspectos analisados por Bezerra a partir da atuação de parlamentares no processo de elaboração e execução do orçamento federal. Propõe o autor que essas relações se orientam por uma conceção específica da representação política que valoriza a obtenção de verbas e a troca de serviços e apoios, sob a forma de favores pessoais, entre integrantes das redes e fações políticas. Observa-se assim uma continuidade entre relações políticas e pessoais, assim como entre práticas tidas como legítimas do ponto de vista da representação parlamentar e aquelas denunciadas como corruptas (Bezerra, 1999 e *in* Palmeira e Barreira, 2006). Os debates e procedimentos adotados pelos próprios parlamentares a respeito das condutas que consideram adequadas àqueles que estão no exercício do mandato são examinados por Teixeira (1998). No Congresso Nacional, a autora acompanha processos de cassação de mandatos abertos através do dispositivo do decoro parlamentar. Os argumentos e decisões relativas à cassação e absolvição de parlamentares julgados permite-lhes refletir sobre a normalização do comportamento do representante, o que se dá através da definição de ações que lhes são consideradas impróprias, e a dignidade ou honra do comportamento do parlamentar, o que revela, sobretudo, o lugar que a noção de honra tem ocupado na conduta política (Teixeira, 1998 e *in* Teixeira e Chaves, 2004). A contribuição do Congresso Nacional para a discussão de “questões nacionais” é objeto de atenção de Sprandel a partir do acompanhamento de audiências públicas da Comissão Mista de Combate à Pobreza. Através da análise de textos do “pensamento social brasileiro” da transição do século XIX para XX e dos debates realizados na Comissão, a autora analisa a forma como a pobreza é representada, reelaborada e se constrói como “problema nacional”, ocupando nos anos 90 o centro dos debates políticos. Ela observa, porém, que no âmbito da Comissão prevalece a naturalização e despolitização da pobreza, o que se torna possível através do predomínio de um discurso económico sustentado, sobretudo, na “focalização numérica”. Trata-se, portanto, num fórum político, da desvalorização de avaliações políticas, quando está em jogo a definição por parte de políticos de sujeitos passíveis das ações públicas (2004 e *in* Teixeira e Chaves, 2004).

A regulação de relações sociais no âmbito dos Estados nacionais tem ocorrido através da deliberação de parlamentos que em alguns casos se encontram fora das fronteiras nacionais. Uma das instituições internacionais responsáveis por este tipo de deliberação, a Organização das Nações Unidas, constitui o referencial empírico do trabalho de Góes Filho. Através da participação na Missão do Brasil junto à ONU, o autor demonstra como os rituais da entidade reproduzem uma representação idealizada da vida internacional e novas cosmologias

universalizantes vêm sendo instituídas e consagradas (Góes Filho, 2003 e *in* Peirano, 2001).

Alguns trabalhos da coleção dirigem um olhar antropológico ao Estado bem como à administração e às políticas públicas. A atenção é dispensada aos processos de definição e redefinição dos próprios limites do Estado; ao modo como se inscreve no cotidiano das populações e é percebido; às ações do Estado e ao seu significado para o ordenamento das relações sociais e como as classificações e práticas estatais produzem novos sujeitos e realidades, entre outros aspetos. Os artigos reunidos por Souza Lima (2002) exploram estas e outras questões a partir de temas como os processos de gestão territorial (Ribeiro, Menezes), formação de órgãos estatais e práticas de governo (não só estatais) dirigidas para segmentos da população (“índios”, “menores”, “migrantes”, “favelados”) (Ramos, Vianna, Corrêa, Castro), meios de comunicação (Castilho), rituais políticos de massa (Vianna e Parada) e “ideários” políticos como a tutela, a “parceria” e a “participação” (Vianna, Lima e Enne). Considerando o plano geral do livro, os artigos oferecem contribuições para a compreensão do processo, sempre em curso, da formação do Estado no Brasil e dos saberes e práticas administrativas através das quais se institui quotidianamente a dominação, conforme formulado por Max Weber, e através das quais se exercem formas específicas de poder, tal como formulado por Foucault. Eixos analíticos sumariados nos termos que dão título ao livro – “gestar” e “gerir” – e se articulam com um amplo programa de investigação coletivo sobre a tutela enquanto exercício de poder de Estado, que tem como ponto de partida os trabalhos de Souza Lima sobre a política indigenista do Estado brasileiro.

A importância da escrita e da produção de documentos oficiais na formação dos Estados nacionais e no exercício do controlo sobre a população é conhecida. O mesmo não se pode dizer, porém, do significado de documentos legais reconhecidos pelo Estado como meio de identificação das pessoas para fins administrativos (como a carteira de identidade ou de trabalho). Como argumenta Peirano (*in* Palmeira e Barreira, 2006), acompanhar a presença destes documentos na vida das pessoas corresponde a examinar de que forma noções como Estado, nação, democracia e cidadania se inscrevem nos seus quotidianos. A partir da apresentação de eventos que envolvem o controlo e uso de documentos, mostra a autora que é a posse dos mesmos que transforma o indivíduo em cidadão de um Estado nacional. O enquadramento em critérios estatais como condição para o acesso a programas governamentais e o efeito destes no dia-a-dia de populações que são seu alvo podem ser acompanhados também no trabalho de Borges a respeito dos moradores da cidade de Recanto das Emas, periferia do Distrito Federal (2003 e *in* Teixeira e Chaves, 2004). Guiada pela preocupação dos seus moradores em obter “um

lugar para morar”, a autora examina a relação e a presença entre eles da política e da administração pública. A expressão “tempo de Brasília”, presente nas mentes e práticas dos moradores, é um signo dessa presença e remete para um dos critérios operantes em diferentes fórmulas elaboradas e reelaboradas pela burocracia governamental com o objetivo de selecionar os candidatos aptos a acederem aos serviços do Estado, no caso a concessão de lotes de terra para a construção de moradias. A implementação de uma política pública é também o foco do livro organizado por C. Barreira (2004). Analisando o Estado do Ceará, os autores examinam ações implementadas pelo governo estadual relativas à segurança pública no período de 1987 a 2002. O tema converte-se neste período – como nos casos da pobreza (Sprandel, 2004), do meio ambiente (Leite Lopes *et al.*, 2004) ou da violação dos direitos humanos no campo (Chaves, 2004) – numa questão pública. Dentre as propostas postas em ação destacam-se as medidas visando a unificação da coordenação das atividades de segurança no Estado e a implementação do projeto “Distrito-Modelo”. A atenção dada pelos pesquisadores às medidas de integração das ações de segurança e às relações com a comunidade permitem refletir sobre as resistências das camadas superiores da hierarquia de segurança às novas diretrizes, às articulações e tensões entre as polícias nas delegacias distritais e às concessões de segurança e polícia em disputa. Também o trabalho de Sá (2002) foca as políticas de segurança, através da etnografia da formação dos policiais militares no Estado do Ceará, ressaltando os processos de definição de identidade e os rituais de instituição da autoridade do Estado.

A presença do Estado no cotidiano de segmentos da população através de instituições e práticas de exercício do direito é um tema abordado mais diretamente por alguns trabalhos. No caso de Oliveira (2002 e *in* Palmeira e Barreira, 2006), as dimensões legal e moral dos direitos e da cidadania são examinadas a partir de comparações entre os casos do Brasil, EUA e Québec. Os casos permitem colocar em confronto as manifestações de “consideração” e “desconsideração” em relação ao interlocutor e a sua incidência sobre o exercício do direito no Brasil; as exigências de igualdade do direito americano e demandas coletivas de reconhecimento de singularidade no caso do Québec. Os temas são uma via para a discussão sobre concessões caras às democracias modernas como igualdade, cidadania e constituição das “esferas públicas”. A coexistência de uma concessão estatal e de um ideal local de justiça num município do sertão pernambucano é, segundo Villela (2004), elemento constitutivo das práticas de violência ali observadas. Além das contribuições específicas que o trabalho oferece para a reflexão sobre as relações de violência, mencionadas a seguir, o autor ressalta que a justiça estatal integra a rotina dessa população e é a partir de seu confronto com as práticas de justiça local que são produzidos atos de

clandestinidade e criminalização. A ausência do Estado, minimizada nas últimas décadas através do incremento da legislação, dos processos internacionais de adoção de crianças brasileiras é um dos aspetos evidenciados pelo trabalho de Abreu (2002 e *in* Palmeira e Barreira, 2006). A partir de uma etnografia das etapas de adoção, na qual são examinados os interesses e justificações dos envolvidos, o autor constrói a sua análise a partir da recomposição das disputas que envolvem a mãe biológica, os pais adotivos e intermediários. No “mercado adotivo”, criança adquire sentidos variados: um bem sem preço cuja doação pode ser vivida como um ato de sacrifício da mãe; um ato de ajuda humanitária quando considerado pelo viés dos pais adotivos, e um bem comercial para os intermediários. Para o Estado, as crianças retiradas de suas fronteiras afetam a imagem do país e tornam-se símbolo de vergonha e desonra.

A coexistência e o confronto entre modelos e práticas distintas de política e de gestão pela administração pública constituem dimensões significativas das situações abordadas. Em oposição aos modos cristalizados de fazer política e aos agentes políticos estabelecidos, observa-se a presença de novas forças sociais associadas à promoção de novas práticas de governo, como aquelas reunidas sob a rubrica de participação popular. A multiplicação de experiências participativas no Brasil ganha impulso com a Constituição Federal, promulgada em 1988. Dentre estas, destacam-se as experiências de orçamento participativo, que adquiriram notoriedade internacional, e as diferentes modalidades de conselhos nacionais, estaduais e municipais. O papel dos conselhos locais de meio ambiente e das audiências públicas no controlo da poluição é discutido pelo livro organizado por Leite Lopes *et al.* (2004). Entre outros aspetos, os autores chamam a atenção para a dominação e os limites impostos pelos discursos técnicos nestes fóruns. A partir de uma experiência de orçamento participativo num município do Estado do Rio de Janeiro, Bezerra (*in* Teixeira e Chaves, 2004) analisa o conflito surgido entre propostas concorrentes de participação popular, no qual estão em jogo grupos políticos com a atuação no bairro, o controlo dos canais de acesso à administração municipal e a definição das demandas do bairro. Outras experiências administrativas orientadas pela preocupação em romper com esquemas tradicionais de exercício do poder são analisadas por Palmeira a partir de contextos em que lideranças com origem ou apoio do movimento sindical rural tomam a frente de administrações municipais (Palmeira e Heredia, 2010). Como sugerem estes trabalhos, experiências de participação popular podem estar na origem de novas conceções e modos de atuação política, de novos agentes com aspirações políticas e complexificar as relações de dominação nas localidades.

As etnografias aqui referidas colocam em questão, portanto, a ideia do Estado como uma entidade com fronteiras fixas, passível de definição prévia

e unívoca. Remetem para processos específicos através dos quais é possível observar a contínua redefinição daquilo que se considera como pertencendo ou não ao Estado.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais, as organizações representativas de diferentes segmentos populares, e as modalidades de mobilização coletiva, fundamentais no processo de redemocratização no Brasil, constituem o foco de alguns livros da coleção bem como de alguns capítulos de coletâneas. Mais pontualmente, muitos dos trabalhos trazem referências a sindicatos, associações de moradores de bairros populares, comunidades de base, diversos movimentos, etc., mostrando que certos formatos institucionais e repertórios de formas de ação coletiva estão muito presentes no cenário político brasileiro contemporâneo.

O diálogo com a abordagem antropológica clássica dos rituais é evidente no livro de Chaves (2000), de modo que a análise de uma grande mobilização nacional como a Marcha dos Sem Terra rumo a Brasília permite destacar os repertórios rituais acionados e as mediações da cosmologia religiosa cristã na sua conformação. Para além do seu significado como evento de natureza político-reinvidicativa, a Marcha é finamente analisada por Chaves como fenómeno total, no qual o que está em jogo é a “fabricação do social”, na relação necessária entre atos e representações, situados sempre em determinado contexto de objetivos pragmáticos de diversas ordens, dentre os quais adquire destaque a afirmação política do Movimento Sem Terra e das suas bandeiras de luta. Já a análise das formas mais quotidianas de organização e mobilização em associações e sindicatos camponeses nos livros de Comerford (1999, 2003 e *in* Peirano, 2001) procura circunscrever organizações e movimentos camponeses a partir da etnografia de formas de sociabilidade e das modalidades de socialização que os atravessam e compõem; desnaturalizando procedimentos como reuniões, cursos de formação, atendimento aos sócios, discursos das lideranças, e dando importância ao “informal”, à brincadeira, à hospitalidade, às provocações, à comensalidade, aos géneros de fala postos em uso, às modalidades de “familiarização” e “desfamiliarização”. O trabalho de Leite Lopes *et al.* (2004 e *in* Palmeira e Barreira, 2006), por sua vez, mostra exemplarmente a indissociabilidade entre processos de mobilização e a construção de representações sociais, ao analisar a produção de uma nova questão social ou pública – o “meio-ambiente” – que, a seu modo, transforma a linguagem, os argumentos e a dinâmica dos conflitos sociais nas áreas industriais analisadas. Essa análise mostra a concomitância e a interdependência entre as mobilizações populares e os processos de construção institucional nas suas múltiplas facetas. A análise

desenvolvida permite pensar em processos de ambientalização como produção de novas representações dos conflitos sociais por meio de determinadas práticas de um amplo leque de agentes, das lideranças de associações de bairro aos profissionais de diferentes especialidades, políticos e militantes ambientalistas. Já Goldman (*in* Palmeira e Barreira, 2006) faz uma etnografia dos diferentes posicionamentos dos movimentos negros de Ilhéus (Bahia) nas articulações políticas ao longo de várias eleições. Procura escapar do que designa como explicações “culturalistas” partindo de três princípios: a “pluralização das categorias” (complexificando o uso da noção de reciprocidade na explicação das práticas políticas), a “identificação de mecanismos complementares assimétricos” (descrevendo como a diversidade de lógicas em ação num espaço hierarquizado tende a resultar favorável aos dominantes) e “o reconhecimento dos processos de subjetivação” (a política como momento de contínuo debate, em que as formas de subjetividade se vão constituindo e refazendo).

Ao assumir uma abordagem etnográfica na análise de movimentos e formas de mobilização, os autores da coleção colocam em reserva as definições oficiais, normativas ou modelares, sejam elas jurídicas, militantes ou acadêmicas, para retomá-las e circunscrever o seu lugar, funcionamento e validade apenas depois de investigar no terreno a constituição quotidiana de tais movimentos, bem como os modos pelos quais são concebidas as suas relações com a política. Trata-se de descrever os agentes concretos e as suas modalidades de envolvimento e interação, as múltiplas expectativas, definições e percepções a respeito dos movimentos e organizações que são postas em jogo em processos efetivos de mobilização, as delimitações nem sempre coincidentes e sempre em transformação entre aquilo que é tido como pertinente à esfera de ação de dado movimento ou entidade e aquilo que lhe é tido como estranho ou distinto.

VIOLÊNCIA

O tema da violência perpassa vários dos trabalhos que compõem a coleção. Em alguns deles a violência assume um lugar central e constitui um foco de análise estratégico, inclusive para a compreensão renovada de dimensões geralmente pensadas em oposição, ou em distinção à violência, como a família, a comunidade, a feminilidade, ou a atuação das agências encarregadas da ordem pública. Assim, nos livros de Marques (2002) e de Villela (2004), ambos feitos a partir de pesquisas no sertão de Pernambuco, violência, família, parentesco, política e gestão do Estado aparecem entretecidos, ainda que não indistintos aos olhos dos seus interlocutores. O livro de Marques destaca como as relações entre coletivos concebidos como da ordem do parentesco, mas cujos limites

não têm uma relação unívoca com a genealogia, são tensamente construídos numa dinâmica que pode ser descrita e analisada a partir de uma recuperação dos sentidos nativos dos termos “intrigas” e “questões”. Esses termos apontam para diferentes estados de expressão pública de tensões, em que a violência aberta é um dos marcadores em jogo. Também Comerford (2003), com base nas pesquisas em Minas Gerais, coloca a análise das narrativas de episódios de conflito violento entre próximos e da “sociabilidade agonística” do cotidiano como central para a compreensão da dinâmica das relações de família, parentesco e vizinhança (pensada em termos da interconexão entre família, localidade e reputação) e do processo de construção de Comunidades Eclesiais de Base e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Os trabalhos de Oliveira (2001 e *in* Palmeira e Barreira, 2006) analisam os assassinatos cometidos por mulheres no Ceará como casos extremos que colocam questões vitais em relação às concepções de gênero. A violência das mulheres tende a ser vista como passional e referindo-se ao mundo doméstico, mas a pesquisa de Oliveira mostra um quadro mais complexo de motivações e relações, inclusive relacionado com inimizades e disputas públicas, podendo assumir uma dimensão de busca de autonomia. Já outros livros etnografam universos sociais em que a violência tem um lugar definidor e é reconhecida por diferentes caminhos como um “problema social”. O livro de Freitas (2003) aborda a violência perpetrada por grandes proprietários de terra e agentes a eles ligados sobre os trabalhadores na região canavieira de Alagoas, bem como as formas de resistência a essa violência, muitas vezes subtis, astuciosas e dissimuladas. Examina também as mobilizações promovidas por instituições como a Igreja e a “sociedade civil” em torno daquilo que vem a ser reconhecido como o problema da violência. C. Barreira (1998), por sua vez, coloca o leitor em contacto com aqueles que são tidos como responsáveis por atos violentos e frequentam as páginas da imprensa e do imaginário social, porém analisa também o mundo mais amplo em que surgem tais agentes, incluindo tanto os “mandantes” como os “pistoleros” num complexo “sistema de pistolagem” que perpassa e sustenta a dominação dos grandes proprietários e das elites políticas.

Ao abordar a violência, os trabalhos da coleção procuram afastar-se das posturas normativas e dos julgamentos morais, políticos ou jurídicos, de modo a conseguir descrever cuidadosamente atos variados de agressão, o lugar próprio que ocupam em sequências mais amplas de atos (de gestão doméstica ou pública, de linguagem, de troca, de aproximação e distanciamento, de territorialização, e assim por diante), as consequências que engendram, as maneiras pelas quais são classificados, interpretados e julgados por diferentes agentes em diferentes instâncias e circunstâncias e por meio de diferentes linguagens (narrativas orais, documentos policiais ou judiciais, histórias locais, testemunhos,

silêncios, narrativas de vida, cordéis, literatura, etc). Pois trata-se, no movimento de análise realizado por esses autores, de complexificar a percepção a respeito de como um amplo leque de atos – que podem ou não vir a ser (des)qualificados como violência – pode vir (ou não) a fazer parte do modo pelo qual se demarca e se pratica a política. Marques *et al.* (2007)⁸ ressaltam que a separação entre o conflito como articulação conceitual que permite circunscrever modalidades de relação, e a violência como noção que geralmente funciona como uma fórmula desqualificadora, que marca em termos “nativos” uma diferença em relação às modalidades de troca agressiva ou agonística tidas como legítimas – permite sofisticar a análise dos mecanismos internamente tensionados de constituição de comunidades morais ou coletivos mais ou menos cristalizados, bem como o lugar da política em relação a tais processos.

FAMÍLIA E PARENTESCO

A família e o parentesco não eram focos temáticos especialmente elaborados no projeto inicial do NUAP, talvez devido às formulações de senso comum ou analíticas a respeito da sobreposição no Brasil entre família e política, ou família e poder, não sendo este um trilha inicialmente privilegiado para a abordagem etnográfica da política. O tema, porém, acabou por se tornar presente em grande parte dos trabalhos, e em algumas pesquisas tornou-se central. Elas exploram uma série de temáticas tais como os vários significados das brigas de família e a sua articulação com a política, mais especificamente a estreita teia de relações familiares, políticas e de lealdade pessoal, inclusive nas suas expressões mais violentas, no sertão de Pernambuco e no Ceará (Barreira, 2004; Marques, 2002; Vilella, 2004); os sentidos públicos e sociais assumidos pelas relações de intimidade numa família provincial Argentina (Neiburg *in* Palmeira e Barreira, 2006); a centralidade do modelo familiar na organização de relações orientadas por nexos prioritariamente políticos, como os sem-terra em marcha (Chaves, 2000), ou os sindicatos de trabalhadores rurais (Comerford, 2003); a gestão da política, no “tempo da política”, por uma comunidade fortemente definida em termos parentais, de forma a exprimir a exterioridade daquela frente ao seu cotidiano (Heredia, 2010); a pertinência do vínculo parental entre eleitores e destes com os candidatos, na hora de votar e distribuir votos na família.

Deste modo, acabou por se problematizar, do ponto de vista etnográfico, as formulações acadêmicas, jurídicas e militantes que circunscrevem e

8 Este texto faz uma leitura de quatro teses produzidas no âmbito do NUAP que vieram a ser publicadas na coleção.

advogam um lugar apropriado para a família e o parentesco em relação à política. São bem conhecidas as análises sobre a política local que apontam no sentido de uma concepção da política como projeção da família patriarcal e das lutas interfamiliares.⁹ Na literatura sociológica brasileira clássica, as famílias têm limites dados *a priori*, relacionados em geral com um nome. As lutas entre famílias reforçam a solidariedade intra-familiar. Há referência a disputas dentro das famílias, mas essas são tidas como secundárias e, via de regra, envolvendo indivíduos isolados. Há também referências às alianças através do casamento entre grandes famílias, mas apenas se constata. As suas implicações, comumente, não são exploradas. Nessa literatura, encontramos uma espécie de nó cego, que diz respeito à forma como a hostilidade e a aliança se articulam entre famílias. Algumas das pesquisas publicadas pela coleção abrem perspectivas para o tratamento desta questão. Nada de solidariedade interna *versus* hostilidade externa como dados adquiridos. Nada de o conflito reforçar a solidariedade interna e extremar a hostilidade externa (Marques, 2002; Comerford, 2003; Villela, 2004). Não se trata de negar a literatura, e que o princípio funcione. O que o trabalho etnográfico indica é que as definições do que é interno ou externo são objeto de redefinição permanente e que essa redefinição de fronteiras é uma questão central nas situações estudadas.

Ao abordar a família e o parentesco não como um objeto pré-construído, como uma dada esfera de relações definidas de antemão pelo observador, mas ao contrário alcançando-os, às vezes um tanto imprevisivelmente, por caminhos diversos como os processos eleitorais, o controlo da violência por agências do Estado, as narrativas de banditismo, o processo de construção de sindicatos e comunidades de base, foi possível delinear uma família que não se define exclusivamente pelo doméstico e pelo privado em contraste com o público ou com o “jural-político” da formulação dos antropólogos britânicos de meados do século xx. Foi muitas vezes nos espaços supostamente mais “domésticos”, e ao enredar-se em relações supostamente mais “familiares”, “privadas” ou “íntimas”, que os pesquisadores chegaram a perceber e analisar algumas das dimensões mais cruciais dos alinhamentos políticos, dos cálculos eleitorais, das fissuras e segmentações públicas, dos processos de mobilização e organização de instituições de representação de classe ou de mobilização político-religiosa, das maneiras de gerir territórios e movimentações, do debate público “informal” (mas com as suas próprias formalidades), das relações com as agências e funcionários do Estado. Também foi necessário abordar o senso

9 Observamos de passagem que a concepção de família patriarcal vem sendo criticada no Brasil desde os anos 70 e 80 do século xx. No que se refere às relações entre família e política, ainda estão por ser trabalhadas de forma mais eficaz as implicações dessa crítica.

comum difuso que vê na família o espaço da união e modelo para relações solidárias. Nos universos sociais analisados, a importância da família como modelo de união mantém-se central, mas foi ao focar as relações de família e parentesco que se evidenciou de forma talvez mais aguda o peso do conflito na definição das relações. A proximidade pensada como da ordem da família ou nela modelada mostrou-se tensa, desarmônica, fragmentadora, e centrífuga, tanto quanto acolhedora, mutualista, unificadora e centrípeta.

Nos universos sociais investigados, a família e a política são em muitas circunstâncias concebidas como fenômenos separados, e essa separação é (ou é tida como devendo ser) mantida com grandes cuidados. Se na política há o risco muito presente de ruturas na família, isso pode levar, por exemplo, a cuidados para evitar o tema nos encontros familiares, ou então evitar durante o “tempo da política” os encontros entre familiares que politicamente se opõe. Ao mesmo tempo, opositores na política podem manter canais de aproximação e comunicação por meio do acionamento de relações diretas ou indiretas de parentesco. Essa complexa inter-relação entre família e política faz com que ao investigar sobre eleições, ou a organização de entidades representativas, ou ainda sobre as relações com agências do Estado, os pesquisadores se tenham defrontado de diferentes maneiras com concepções relativas ao sangue e à raça, gênero e idade, casa e domesticidade, bem como com práticas de elaboração de genealogia, de gestão da memória familiar, de transmissão e aprendizado, de co-responsabilidade e mutualidade. Assim, os estudos sobre fações e redes políticas, ou ainda partidos, sindicatos, e movimentos, e a formação e atuação dessas entidades em processos sociais concretos, sugeriram-nos a possibilidade de repensar a dinâmica de formação das famílias, e conseqüentemente as próprias maneiras de definir a família como objeto de estudo e de perceber os sentidos atribuídos a essa entidade.

RELAÇÕES PESSOAIS

O uso de categorias originariamente referentes ao domínio da família é um mecanismo básico de estabelecimento de relações personalizadas nos mais variados contextos. Porém, diferentemente do que ocorre com o tema da família, que tem atraído o interesse de gerações de cientistas sociais, as relações pessoais constituem mais um rótulo no qual cabem relações distintas (familiares, compadrio, amizade, vizinhança, patronagem, lealdade, etc.) do que um tema com um estatuto sociológico próprio. A ideia de que essas relações darão lugar a novos padrões de relações do tipo racional e impessoal – associados à burocracia, ao mercado e à democracia – é também objeto de certo consenso. Pressupostos como estes têm impedido de se pensar nestas relações como

elementos constitutivos das sociedades contemporâneas, mesmo no âmbito da antropologia, quando se formula o tema das “sociedades complexas”, tal com assinalado por Goldman (1999). O exame cuidadoso das relações pessoais na política em trabalhos publicados na coleção visa ultrapassar a simples menção às relações englobadas pela noção, e permitir a apreensão dos aspectos específicos das diferentes relações assim designadas, sem cair nas análises mais normativas presentes nas discussões sobre clientelismo, patronagem, coronelismo, favorecimento, apadrinhamento, nepotismo e corrupção atualizadas em análises acadêmicas, na literatura, na imprensa e nas discussões jurídicas preocupadas em apontar os problemas da política brasileira.

Na política, temos um domínio definido formalmente com base na impessoalidade das relações e na universalidade dos direitos políticos, bem como em processos de representação coerentes com parâmetros universalistas, impessoais e individualistas. Porém, a análise das concepções e práticas efetivamente acionadas no fazer político mostra que a política é vista como feita de relações pessoais, e “fazer política” é, em grande medida, construir e gerir relações personalizadas (Palmeira e Heredia, 2010; Bezerra, 1999; Chaves, 2003; Marques, 2004; Teixeira, 1998). Por outro lado, apesar de a política ser vista inequivocamente, nos termos dos universos sociais investigados, como lugar da divisão e do conflito, as análises sobre os processos políticos mostram que nesse domínio há um permanente esforço de construção de harmonia, solidariedade e coesão, numa espécie de contraponto ao viés agonístico da definição de política.

As pesquisas no âmbito do NUAP contribuem para a complexificação das análises relativas à associação entre política e relações pessoais ao explorar categorias como “lealdade”, “traição”, “devoção”, “compromissos”, “favores”, “gratidão”, “ajuda”, “troca”, “graça”, “pedido” e “apoios”. Por um lado, analisar tais categorias significa procurar apreender conceptualmente um universo de valores entretecidos, ou noutros termos, uma visão de mundo, uma ética, noções de “pessoa” (Goldman, 1999; Chaves, 2003) ou noções de mediação (Menezes, 2004; Kuschnir, 2000) de modo a escapar a abordagens que reduzem tais valores a obstáculos, resíduos, inconsistências ou dimensões intersticiais. Estar atento a essa dimensão leva alguns dos trabalhos publicados na coleção a buscarem as conexões internas entre o domínio da família, da vizinhança, da comunidade e da religião, onde muitas dessas categorias são também centrais, e o universo da política. Por outro lado, a percepção de que essas categorias remetem para formas distintas de construção das relações manifesta-se, por exemplo, na dificuldade de os pesquisadores nomearem o conjunto de relações das quais participam os políticos. As considerações sobre a família feitas mais acima, ao enfatizarem as fronteiras pouco rígidas, a circulação dos

membros, o fazer-se e desfazer-se situacional, aplicam-se em grande medida a fenômenos relativos às relações entre os políticos. Noções como redes, fação ou segmentaridade foram exploradas por diferentes pesquisadores vinculados ao NUAP no sentido de apreender conceptualmente esses alinhamentos e aproximações politicamente significativos, que não chegam a configurar agrupamentos permanentes e claramente delimitados, e que dependem em alguma medida do estabelecimento de relações pessoais. Esse fazer-se e desfazer-se situacional dos agrupamentos políticos pode ser observado, por exemplo, nas relações estabelecidas entre representantes políticos que ocupam cargos nos planos políticos municipal, estadual e federal, analisados por Bezerra (1999). Dinâmicas em certa medida comparáveis a essa também são assinaladas por Menezes (2004) no seu trabalho sobre a relação entre os devotos e os santos, parte de sua minuciosa etnografia de um convento no Rio de Janeiro, e por Borges (2003) na sua análise dos mecanismos pelos quais a população se relaciona com os políticos e os funcionários do Estado num núcleo urbano periférico em Brasília.

Na análise de Bezerra, a troca de serviços e bens políticos está na base dos compromissos e acordos estabelecidos entre os políticos. Porém, as trocas não resultam, automaticamente, em compromissos políticos, assim como, na relação entre o santo e o fiel analisada por Menezes, pedidos e agradecimentos não resultam automaticamente em devoção. A conversão dessas trocas em compromissos (ou em devoção) só é possível na medida em que os agentes envolvidos estejam aptos para interpretar essas condutas num determinado sentido. Essa conversão depende, portanto, da aquisição prévia por parte das pessoas, das categorias necessárias para que seja realizada. Saber a quem conceder um serviço, quando, de que modo, e ainda, quando e como pedir e receber um serviço ou uma graça são elementos que conformam um saber prático tanto no âmbito das atividades dos profissionais da política quanto no âmbito da religião ou das relações da população com políticos e funcionários das agências do Estado, guardadas as especificidades de cada contexto.

Assim, diversos trabalhos publicados na coleção interrogam-se a respeito do modo como essas trocas são vividas e interpretadas, e buscam inscrevê-las no espaço de relações em que ocorrem, apreendendo os rituais que as prescrevem. Dessa forma contribuem para o entendimento dos significados atribuídos a essas trocas por representantes políticos e outros agentes, e para que se tenha uma dimensão mais apropriada do lugar das mesmas na formação de coletivos tidos como políticos (“fações”, “tendências”, “partidos”, etc.). Ao mesmo tempo permitem estabelecer conexões com os significados e práticas em jogo nas relações familiares, comunitárias ou religiosas. Os trabalhos da coleção permitem tanto dar maior consistência às interrogações sobre o lugar das “relações

peçoais” na política, inclusive no sentido de criar vínculos de solidariedade num universo pensado como conflitivo (Palmeira e Heredia, 2010; Bezerra, 1999), quanto avançar na análise dos modos pelos quais as relações familiares podem ser “politizadas” (no tempo da política, sobretudo – ver Palmeira e Heredia, 2010; Kuschner, 2000), fazendo com que a divisão e o conflito característicos da política tenham repercussões de grande importância na configuração das entidades concebidas como da ordem da família e do parentesco (Marques, 2002; Villela, 2004).

*

Assim, os trabalhos da coleção, a partir da perspectiva etnográfica adotada, chamam a atenção para o caráter histórico de certas questões incorporadas pelo Estado e pela política, o modo como são pensadas, e as práticas às quais estão associadas. O trânsito entre ideais vigentes no universo intelectual e aqueles presentes no universo político em dado momento é um dos aspectos exemplarmente analisado por Castro Faria (2002) ao dedicar-se à análise da produção intelectual de Oliveira Vianna (1883-1951), personagem central, em função das posições intelectuais e de Estado ocupadas, nos destinos que toma a cultura e o Estado brasileiro nas décadas de 20 a 50. A reflexão sobre a produção de O. Vianna é para o autor uma via para se compreender como são produzidas algumas das representações dominantes sobre o Brasil e o que se concebe como a “tradição nacional”. Desse modo, podemos ver refletidas nas implicações que retira do seu trabalho uma das contribuições maiores da coleção: “demonstrar o caráter contingente, socialmente construído e socialmente controverso, das tradições nacionais de conceber o universo social e o domínio da política” (Castro Faria, 2002, p. 138).

Nos dias atuais, perante cada nova eleição ou acontecimento de destaque envolvendo políticos, nas conversas quotidianas, na imprensa, ou em análises de intelectuais (inclusive as veiculadas pelos *media*), não é difícil perceber o peso de certo senso comum a respeito da política. Tomando-a normativamente como esfera autônoma dotada de sentido unívoco, não se interroga sobre a maneira pela qual em diferentes contextos a política é efetivamente vivida, sobre os múltiplos significados assumidos e os diferentes modos de envolvimento dos agentes. O esforço de produzir uma reflexão etnograficamente fundada, que resultou nos livros da coleção analisada neste artigo, aponta na direção do questionamento desse senso, muitas vezes compartilhado pelos intelectuais, por meio dos instrumentos analíticos das ciências sociais. Recuperando nas suas análises concepções e recortes “nativos” como o “tempo da política”, as “intrigas” e as “questões”, o “tempo de Brasília”, as “bases”, a “pessoa boa”,

a “festa”, os “documentos”, classificações estatais (“tutela” e “menoridade”, por exemplo), a “participação popular”, entre tantos outros, os trabalhos permitem um olhar mais fino e contextualizado de práticas, situações, agentes, eventos e ideias tidos como políticos.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, D. (2002), *No Bico da Cegonha. Histórias de Adoção e da Adoção Internacional no Brasil*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- BALBI, F. (2007), *De Leales, Desleales y Traidores. Valor Moral y Concepción de Política em el Peronismo*, Buenos Aires, Editorial Antropofagia.
- BARREIRA, C. (1998), *Crimes por Encomenda. Violência e Pistologem no Cenário Brasileiro*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- BARREIRA, C. (org.) (2004), *Questão de Segurança. Políticas Governamentais e Práticas Policiais*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- BARREIRA, I. (1998), *Chuva de Papéis. Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- BARREIRA, I. e Palmeira, M. (orgs.) (1998), *Candidatos e Candidaturas. Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil*, São Paulo, Annablume/NUAP.
- BEZERRA, M. (1999), *Em Nome das “Bases”. Política, Favor e Dependência Pessoal*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- BÉTEILLE, A. (2007), “Être anthropologue chez soi: un point de vue indien”. *Genèses*, 67, pp. 109-130.
- BORGES, A. (2003), *Tempo de Brasília. Etnografando Lugares-eventos da Política*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- CASTRO FARIA, L. (2002), *Oliveira Vianna. De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói. O Autor, os Livros, a Obra*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- CHAVES, C. (2000), *A Marcha Nacional dos Sem Terra. Um Estudo Sobre a Fabricação do Social*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- CHAVES, C. (2003), *Festas da Política. Uma Etnografia da Modernidade no Sertão (Buritis-MG)*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- COMERFORD, J. (1999), *Fazendo a Luta. Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- COMERFORD, J. (2003), *Como uma Família. Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- CORADINI, O. (2001), *Em Nome de Quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- FREITAS, G. (2003), *Ecos da Violência. Narrativas e Relações de Poder no Nordeste Canavieiro*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- GÓES FILHO, P. (2003), *O Clube das Nações. A Missão do Brasil na ONU e o Mundo da Diplomacia Parlamentar*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- GOLDMAN, M. (1999), *Alguma Antropologia*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- GOLDMAN, M. (2006), *Como Funciona a Democracia. Uma Teoria Etnográfica da Política*, Rio de Janeiro, 7letras.

- HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. (orgs.) (2002), *Como se Fazem Eleições no Brasil. Estudos Antropológicos*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- KUSCHNIR, K. (2000), *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- LEITE LOPES, J. S. (coord.) (2004), *A Ambientalização dos Conflitos Sociais. Participação e Controle Público da Poluição Industrial*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- MARQUES, A. C. (2002), *Intrigas e Questões. Vingança de Família e Tramas Sociais no Sertão de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- MARQUES, A. C. et al. (2007), *Conflitos, Política e Relações Pessoais*, Fortaleza, UFC-Funcap_CNPq e Campinas, Pontes Editores.
- MENEZES, R. (2004), *A Dinâmica do Sagrado. Rituais, Sociabilidade e Santidade num Convento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- MIRANDA, J. (1999), *Carisma, Sociedade e Política. Novas Linguagens do Religioso e do Político*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA (1998), *Uma Antropologia da Política: Rituais, Representação e Violência*, Cadernos do NUAP 1, Rio de Janeiro, NAU Editora.
- OLIVEIRA, L. R. C. (2002), *Direito Legal e Insulto Moral. Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- OLIVEIRA, R. (2001), *Mulheres que Matam. Universo Imaginário do Crime Feminino*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- PALMEIRA, M. e BARREIRA, C. (orgs.) (2006), *Política no Brasil. Visões de Antropólogos*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (orgs.) (1996), *Antropologia, Voto e Representação Política*, Rio de Janeiro, Contracapa.
- PALMEIRA, M. e HEREDIA, B. (2010), *Política Ambígua*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- PEIRANO, M. (1991) *Uma Antropologia no Plural: Três Experiências Contemporâneas*, Brasília, Editora da UNB.
- PEIRANO, M. (2006), *A Teoria Viva e Outros Ensaios de Antropologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- PINA-CABRAL, J. (2004), “Uma história de sucesso: a antropologia brasileira vista de longe”. In W. Filho, G. Trajano e Ribeiro (eds.), *O Campo da Antropologia no Brasil*, Rio de Janeiro, ABA/Contra Capa Livraria, pp. 249-265.
- PINTO, P. R. (2011), “Os trilhos da ciência política portuguesa: uma conversa com David Goldey”. *Análise Social*, 200, pp. 506-610. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732011000300015&lng=pt&nrm=iso>. [Consultado em 02-05-2013].
- ROSATO, A. e BALBI, F. (orgs.) (2003), *Representaciones Sociales y Procesos Políticos. Estudios desde la Antropología Social*, Buenos Aires, Editorial Antropofagia.
- SÁ, L. (2002), *Os Filhos do Estado. Auto-imagem e Disciplina na Formação dos Oficiais da Polícia Militar do Ceará*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- SCOTTO, G. (2004), *As (difusas) Fronteiras entre a Política e o Mercado*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- SOUZA LIMA, A. C. (org.) (2002), *Gestar e Gerir. Estudos para uma Antropologia da Administração Pública no Brasil*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- SPRANDER, M. (2004), *A Pobreza no Paraíso Tropical. Interpretações e Discursos sobre o Brasil*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.

- TEIXEIRA, C. e CHAVES, C. (orgs.) (2004), *Espaços e Tempos da Política*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.
- TEIXEIRA, C. e SOUZA LIMA, A. C. (2010), “A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?”. In C. Martins e L. F. Duarte, *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Antropologia*. São Paulo, ANPOCS, pp. 51-96.
- VILLELA, J. (2004), *O Povo em Armas. Violência e Política no Sertão de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP.

John Cunha Comerford » jcomerford@uol.com.br » Museu Nacional/Univ. Federal do Rio de Janeiro.
Marcos Otavio Bezerra » motavio.bezerra@gmail.com » Universidade Federal Fluminense.

COMERFORD, J. C., BEZERRA, M. O. (2013), *Ensaio bibliográfico “Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política”*. *Análise Social*, 207, XLVIII (2.º), pp. 465-489.